



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 26/XIV/ 1.ª SL

Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2020, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento e Finanças, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação das atas n.º 13 a 20;**

- 2. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 26/XIV/1.ª - "Descida do IVA para 6% em atos veterinários";
Cabe ao GP PS**

- 3. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, do Parecer da Proposta de Lei n.º 1/XIV/1.ª (GOV) - "Aprova o novo regime jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2016/2341";**

- 4. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 7/XIV/1.ª (GOV) - "Harmoniza e simplifica determinadas regras no sistema do imposto sobre o valor acrescentado no comércio intracomunitário, transpondo as Diretivas (UE) n.ºs 2018/1910 e 2019/475";**

- 5. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 8/XIV/1.ª (GOV) - "Adapta os regimes sancionatórios previstos no Regimes jurídicos aplicáveis às sociedades gestoras de fundos de investimento e às sociedades gestoras de fundos de titularização de créditos";**

- 6. Designação de autor de parecer da Projeto de Lei n.º 205/XIV/1.ª (PCP) - "Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 3/2010, de 5 de janeiro, alargando a proibição de cobrança de encargos pela prestação de**



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 26/XIV/ 1.ª SL

serviços de pagamento e pela realização de operações às operações realizadas através de aplicações digitais";

Cabe ao GP PSD

7. Designação de autor de parecer da Projeto de Lei n.º 206/XIV/1.ª (PCP) - "Procede à sexta alteração ao regime de serviços mínimos bancários, tornando-o mais adequado às necessidades dos clientes bancários";

Cabe ao GP BE

8. Designação de autor de parecer da Projeto de Lei n.º 209/XIV/1.ª (PAN) - "Limita a cobrança de quaisquer comissões, despesas ou encargos nos casos em que não seja efectivamente prestado um serviço ao cliente por parte das instituições de crédito (primeira alteração à Lei n.º 66/2015, de 6 de Julho)"; Cabe ao GP CDS-PP

9. Deliberação sobre escrutínio da proposta do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2020;

10. Outros assuntos.

1. Aprovação das atas n.º 13 a 20;

Após correção do nome de Deputado do PSD "José Cancela Moura", que constava em algumas páginas na ata n.º 14 como "José Moura", as atas foram aprovadas por unanimidade, na ausência, do CDS-PP, do PAN e CH.

2. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 26/XIV/1.ª - "Descida do IVA para 6% em atos veterinários";

Cabe ao GP PS

Estando em condições de ser distribuída, entendeu-se que, versando esta Petição sobre matéria conexa com a de uma Proposta de Lei apresentada pela Assembleia



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 26/XIV/ 1.ª SL

Legislativa da Madeira, que se encontra distribuída ao senhor Deputado Alberto Fonseca (PSD), poderia o senhor Deputado ficar igualmente responsável pela presente Petição, o que foi por ele devidamente aceite.

3. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, do Parecer da Proposta de Lei n.º 1/XIV/1.ª (GOV) - "Aprova o novo regime jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2016/2341";

O Senhor Deputado Miguel Matos (PS) propôs que, atendendo à matéria, fosse fixado o dia 28 de fevereiro de 2020, como prazo para apresentação de propostas de alteração na especialidade, de forma a concluir o processo em tempo útil.

O Senhor Deputado Eduardo Teixeira (PSD) opôs-se a esta sugestão, tendo dito que seria relevante ouvir algumas entidades em relação a esta Proposta de Lei e à proposta de Lei referida no ponto 5. da Ordem de Trabalhos (Proposta de Lei n.º 8/XIV/1.ª (GOV)), as quais foram discutidas conjuntamente no Plenário.

O Senhor Deputado Nuno Sá (PS) disse entender que as situações são distintas nas duas propostas de lei: na proposta de lei n.º 1/XIV/1.ª (GOV), da qual foi relator, foram realizadas audições pelo Governo e recebidos diversos contributos escritos, já na proposta de lei n.º 8/XIV/1.ª (GOV), não terão sido realizadas audições pelo Governo ou recebidos contributos.

O Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD), acrescentou que independentemente de o Governo ter ou não procedido a audições, sendo relevante ouvir determinadas entidades no âmbito destas propostas de lei, em nome da prudência e para que a Assembleia da República desempenhe cabalmente o seu papel, deverão ser realizadas audições.

O Senhor Deputado Nuno Sá (PS) reiterou que foram diversas as audições realizadas no âmbito da proposta de lei n.º 1/XIV/1.ª (GOV), pelo que entende não serem necessárias mais audições. Já quanto à proposta de lei n.º 8/XIV/1.ª (GOV), entende que seria pertinente perguntar ao Governo se efetuou audições e, caso não o tenha feito, ou se se entender que ainda que as tenha feito serão necessárias audições adicionais, estas deverão ser feitas através de contributos por escrito, tendo em conta



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 26/XIV/ 1.ª SL

a necessidade de celeridade na transposição das diretivas, como aliás foi entendido, em sede de debate no plenário, pelo PSD.

O Senhor Deputado Eduardo Teixeira disse concordar que o processo deve ser célere, no entanto há entidades que têm que ser ouvidas, nomeadamente a ASF no âmbito da proposta de lei n.º 8/XIV/1.ª (GOV).

De seguida, o senhor Presidente disse que das intervenções dos senhores deputados parece decorrer que há necessidade, ou pelo menos conveniência, de recolher os contributos de diversas entidades, pelo que sugeriu que fosse feita chegar à mesa uma lista das entidades das quais seria necessário recolher contributos escritos. Isto porque como será abordado mais adiante no ponto “outros assuntos”, a comissão irá realizar uma série de audições, que dificilmente serão compagináveis com a realização de audições presenciais de diversas entidades.

O Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD) interveio para salientar que não se chegou a um consenso sobre a forma de ouvir estas entidades e que a importância do tema justifica que sejam ouvidas presencialmente algumas entidades, reiterando por fim que gostaria que fosse possível chegar a um consenso sobre este tema.

O senhor Deputado João Paulo Correia (PS) sugeriu então que, até ao final do dia, fosse apresentada a lista de entidades a ouvir e que fosse indicado, quanto a cada uma delas, a forma como deverão ser ouvidas, *i.e.*, presencialmente ou por escrito.

O senhor Deputado Duarte Alves (PCP) concordou que o prazo para apresentar a lista deveria ser o final do dia.

O Senhor Presidente concluiu então, pedindo que cada GP fizesse chegar à mesa a lista de entidades a ouvir e a forma como pretende que estas sejam ouvidas, apelando a que, tendo em conta o calendário de audições presenciais já agendadas, se reservassem as audições presenciais para situações excecionais. Disse por fim que, após receção das listas, a mesa e coordenadores tentariam ajustar as audições, em termos de calendário.

4. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 7/XIV/1.ª (GOV) - "Harmoniza e simplifica determinadas regras no sistema do imposto sobre o valor acrescentado no comércio intracomunitário, transpondo as Diretivas (UE) n.ºs 2018/1910 e 2019/475";

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 26/XIV/ 1.ª SL

O senhor Deputado Miguel Matos (PS) propôs que, também para esta proposta de lei, fosse fixado o dia 28 de fevereiro de 2020 como prazo para apresentação de propostas de alteração, de forma a concluir o processo rapidamente.

O Senhor Deputado Alberto Fonseca (PSD) referiu que este ponto tem semelhanças com os anteriores, tendo algumas dúvidas sobre o relatório de execução, que suscitam dúvidas de ordem prática às empresas. Assim, embora o processo se pretenda célere, disse entender que o Parlamento não estaria a cumprir o seu papel se não assegurasse a parte prática. Disse entender, pois, que, deveriam ser ouvidas algumas entidades como, por exemplo, a Ordem dos Contabilistas Certificados.

De seguida o Senhor Deputado Miguel Matos (PS), reiterou que tendo havido consenso quanto a esta proposta de lei no plenário, mantinha a proposta de prazo apresentada.

O Senhor Presidente interveio, perguntando ao PSD se estaria em condições de, até ao final do dia, indicar a entidade que pretende ouvir e as questões concretas a fazer à entidade. Tendo o Senhor Deputado Alberto Fonseca (PSD) anuído, o Senhor Presidente, sugeriu que fosse então adotada essa metodologia, tendo passado ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

5. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 8/XIV/1.ª (GOV) - "Adapta os regimes sancionatórios previstos no Regimes jurídicos aplicáveis às sociedades gestoras de fundos de investimento e às sociedades gestoras de fundos de titularização de créditos";

Este ponto foi discutido conjuntamente com o ponto número 3 da ordem de trabalhos.

6. Designação de autor de parecer da Projeto de Lei n.º 205/XIV/1.ª (PCP) - "Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 3/2010, de 5 de janeiro, alargando a proibição de cobrança de encargos pela prestação de serviços de pagamento e pela realização de operações às operações realizadas através de aplicações digitais";

Cabe ao GP PSD

O GP PSD indicou como relator, o Senhor Deputado Carlos Silva.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 26/XIV/ 1.ª SL

7. Designação de autor de parecer da Projeto de Lei n.º 206/XIV/1.ª (PCP) - "Procede à sexta alteração ao regime de serviços mínimos bancários, tornando-o mais adequado às necessidades dos clientes bancários"; Cabe ao GP BE

O GP BE indicou como relatora, a Senhora Deputada Mariana Mortágua.

8. Designação de autor de parecer da Projeto de Lei n.º 209/XIV/1.ª (PAN) - "Limita a cobrança de quaisquer comissões, despesas ou encargos nos casos em que não seja efectivamente prestado um serviço ao cliente por parte das instituições de crédito (primeira alteração à Lei n.º 66/2015, de 6 de Julho)"; Cabe ao GP CDS-PP

Não estando o CDS-PP presente, o Senhor Presidente disse que ira ser-lhe solicitada a indicação do relator.

9. Deliberação sobre escrutínio da proposta do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2020;

O Senhor Presidente começou por referir que, tradicionalmente, a Comissão de Orçamento e Finanças corresponde a esta solicitação, indicando relator para o escrutínio. Perguntou de seguida aos Deputados se pretendem corresponder à solicitação já que esta não é obrigatória, caso em que competirá ao PS indicar o relator. Referiu ainda que a ser aceite, o relatório deverá ser aprovado até 13 de março de 2020.

O Senhor Deputado Miguel Matos (PS) disse que o PS indicará um relator até ao final do dia.

10. Outros assuntos.

O Senhor Presidente começou por informar que no próximo dia 10 de março haverá audição do Tribunal de Contas Europeu conjuntamente com a Comissão de Assuntos Europeu. Referiu seguidamente que, na próxima semana, a Comissão procederá à audição do Fundo de Resolução, no seguimento do requerimento aprovado em 2019, antes do início do processo orçamental.

Colocou de seguida à consideração dos Senhores Deputados qual a grelha de tempos a utilizar para esta audição, mencionando que haveria que escolher entre a grelha



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 26/XIV/ 1.ª SL

seguida na audição do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, composta por três rondas (Modelo A), ou a grelha seguida na audição do Banco de Portugal e Associação Portuguesa de Bancos, composta por 2 rondas (Modelo B), tendo os Senhores Deputados, optado pelo Modelo A.

O Senhor Deputado Cotrim de Figueiredo (IL) pediu a palavra para lembrar que, como havia ficado estipulado numa reunião anterior, necessitaria de tolerância quanto ao tempo de que dispõe, dado que, 2 minutos é pouco tempo para a matéria em causa, que considera ser de extrema relevância para o IL, ao que o Presidente anuiu.

De seguida o Senhor Presidente informou que iria receber o Presidente do Tribunal de Contas, nessa tarde.

O Senhor Presidente falou de seguida da auditoria ao Fundo “Revita”, que foi solicitada na anterior legislatura pela COFMA, e cujo relatório, foi enviado à Assembleia da República em junho do ano passado.

O Senhor Presidente informou que o Tribunal de Contas solicitou agora pronúncia do Senhor Presidente da Assembleia da República sobre o ponto de situação das recomendações daquele tribunal no relatório de auditoria emitido, referindo que o ofício será distribuído pelos Senhores Deputados, para que se pronunciem.

O senhor deputado Afonso Oliveira, perguntou depois, quando seria marcada a reunião para fixação da redação final da lei do Orçamento do Estado, ao que o senhor Presidente respondeu que a proposta de redação dos serviços deveria ser enviada à Comissão até 24 de fevereiro, devendo ser marcada reunião para a data mais próxima possível, mas nunca antes de quinta-feira depois do plenário.

Seguidamente, o Senhor Presidente, informou que deu entrada um requerimento do BE, à meia noite desse dia, solicitando a audição urgente do senhor Governador do Banco de Portugal e que, de acordo com os procedimentos normais, a discussão e votação seria agendada para a próxima reunião da Comissão.

A Deputada Mariana Mortágua, pediu a palavra para dizer que a audição diz respeito à venda da participação de Isabel dos Santos no Eurobic ao Abanca que, caso se concretize, será transformada em liquidez, podendo ser distribuída livremente, perdendo-se o rasto a esse património que será acrescentado à fortuna pessoal de Isabel dos Santos. Disse, pois, que, o BE entende que há o risco de branqueamento de capitais, cabendo ao Banco de Portugal analisar esta operação, pelo que pede, que a votação do requerimento possa ser feita nesta reunião, para que a audição possa



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 26/XIV/ 1.ª SL

ocorrer ainda em tempo útil. Os senhores Deputados pediram então para ter acesso ao requerimento, para o poderem analisar e decidir se estão em condições de o votar nesta reunião.

Entretanto, enquanto se procedia à impressão do requerimento, o Senhor Deputado Miguel Matos (PS) perguntou por que razão o Projeto de Lei 213 do GP PS ainda não foi distribuído para parecer. O Senhor Presidente, respondeu que este ainda não chegou à Comissão. Contudo, e porque esse Projeto de Lei já está agendado para discussão em Plenário para o mesmo dia que o Projeto de Lei 205 do PAN do qual é relator o Senhor Deputado Carlos Silva (PSD), colocou-se a questão de saber se o Senhor Deputado Carlos Silva, ausente desta reunião, aceitaria ser também relator deste projeto de lei, ao que o GP PSD anuiu.

Por fim, relativamente ao requerimento do BE, após análise, todos os GP e o DURP do IL, votaram a favor do requerimento.

A senhora Deputada Mariana Mortágua agradeceu a tolerância e compreensão, reiterando que se trata de matéria importante e urgente, pelo que a audição deverá ser realizada o mais brevemente possível para ter eficácia. Após a discussão de algumas datas entre os senhores deputados, ficou decidido que a audição seria marcada para a data mais breve possível.

O senhor deputado João Paulo Correia (PS) perguntou sobre o ponto de situação da auditoria à privatização dos CTT pedida ao IGF, que está atrasada pelo que conviria insistir, ao que o senhor presidente anuiu.

A reunião foi encerrada às 10:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 fevereiro 2020.

O PRESIDENTE

(FILIPE NETO BRANDÃO)



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 26/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Alberto Fonseca
Ana Paula Vitorino
Carlos Brás
Duarte Alves
Eduardo Teixeira
Filipe Neto Brandão
Hortense Martins
Hugo Carneiro
João Cotrim de Figueiredo
João Gouveia
João Paulo Correia
Mariana Mortágua
Miguel Matos
Nuno Sá
Vera Braz
António Ventura
Jorge Paulo Oliveira
Maria Joaquina Matos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
André Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Margarida Balseiro Lopes
Ricardo Vicente

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Álvaro Almeida
Duarte Pacheco
Fernando Anastácio